

22 MAR 1994

Saúde brasileira: qual o remédio?

CORREIO BRAZILIENSE

Geniberto Paiva Campos

O problema da saúde no Brasil vai-se tornando uma questão cada vez mais complexa, difícil de ser compreendida em todas as suas nuances e, lamentavelmente, ainda longe de soluções práticas que beneficiem diretamente o seu principal interessado: a população brasileira.

Na realidade, criou-se no País e ficou estabelecida como verdade incontestável a existência de atendimento médico gratuito, como se num passe de mágica os procedimentos diagnósticos e terapêuticos, cada vez mais eficientes e sofisticados, e, portanto, de custos elevados, pudessem ser distribuídos generosamente a todos os que necessitam de cuidados com a saúde.

Os dispositivos da Constituição de 1988 reforçaram essa convicção, ao declarar a saúde "direito de todos e obrigação do Estado". Na prática, o que vem ocorrendo é que o Estado encontra cada vez mais dificuldades em cumprir seus deveres constitucionais e a população brasileira, entre perplexa e, muitas vezes, justamente indignada, procura sobreviver, valendo-se de todos os recursos ao seu alcance, que vão da busca de atendimento nos serviços públicos, à aquisição de planos e

seguros de saúde, esses de acesso cada vez mais restrito para a grande maioria da população, por causa de seus altos custos financeiros.

Cria-se dessa forma um impasse assistencial, aparentemente insolúvel, acrescido dos preços elevadíssimos dos medicamentos, de uso temporário ou contínuo, constituindo um item muito pesado no orçamento familiar.

Uma das explicações possíveis para a complexa questão da saúde se apóia num fato indiscutível: os custos da assistência médica crescem desproporcionalmente ao poder aquisitivo dos brasileiros. É sabido que também os cuidados com a saúde pública implicam custos, e custos altos.

É necessário, portanto, assegurar nos orçamentos públicos recursos suficientes para a saúde dos brasileiros, evitando sérias implicações de morbi-mortalidade e eximindo os ministros da pasta das funções de eternos batalhadores de verbas, liberando-os, por fim, para as tarefas de alta magnitude concernentes ao Ministério da Saúde. É importante, também, a criação de sistemas alternativos à contribuição previdenciária, de forma a assegurar às populações de baixa renda o acesso a todos os níveis de assis-

tência, públicos ou privados.

As graves distorções na estrutura organizacional do setor público, que ainda não se constituiu num sistema hierarquicamente organizado em seus serviços e descentralizado em sua execução mediante a municipalização (efetiva implantação do SUS), conforme prevêem dispositivos constitucionais, identificam, consequentemente, dois fatores relevantes e determinantes para o entendimento dos problemas de saúde no Brasil: 1) escassez de recursos financeiros; e 2) baixa capacidade operacional do setor público. Isto se considerarmos apenas os aspectos assistenciais.

Como a atuação do setor público abrange ações preventivas e educativas, responsabilidade na elaboração e fiscalização do cumprimento de normas sanitárias, pesquisas epidemiológicas e coordenação de ações básicas de saúde e de tecnologia médica, pode-se perceber as enormes dificuldades que afligem o sistema público de saúde.

O setor privado concentra, praticamente, toda a sua capacidade operativa no âmbito hospitalar, sendo notória sua ausência em ações básicas e preventivas, por terem um retorno financeiro baixo, embora necessitem menores

investimentos e apresentem custos operacionais mínimos.

Já estaríamos, talvez, vivendo o momento de articulação efetiva desses dois setores, pela criação de uma parceria informal, com a implantação, na prática, de um sistema unificado em que ambos os setores desempenhariam as suas funções precípua, cada qual cumprindo a sua vocação natural, com os seus papéis claramente definidos, tendo como objetivo primordial o usuário.

Acreditamos que, se exirmos dessas questões o seu caráter político-ideológico e colocarmos na mais elevada prioridade o direito do cidadão brasileiro ao amplo acesso aos serviços de saúde, a idéia da criação de um sistema unificado, por intermédio da parceria dos dois principais atores desse drama, não seja um sonho utópico, impossível de se concretizar.

A apropriação dos conceitos de cidadania pelos diversos segmentos da população brasileira, fato claramente perceptível na atual fase de desenvolvimento social do País, nos permite crer que este futuro esteja mais próximo do que podemos imaginar.

■ **Geniberto Paiva Campos**, cardiologista, é diretor do Instituto Nacional do Coração (Inacor).